



ISSN 1414-7866 (versão impressa)
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Paraná Eleitoral

revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

tre-pr nusp/ufpr ninc/ufpr

v. 5 n. 2 2016

Sindicatos e partidos políticos no Brasil

César Alessandro Sagrillo Figueiredo e Mauro Meirelles

Resumo

O mundo sindical no Brasil é reflexo, sobremaneira, de organizações partidárias, uma vez que se fragmentam conforme os diversos partidos políticos. Essa relação tornou-se ainda mais visível durante a gestão do governo Lula (2003-2010), momento em que houve o nascimento de novas centrais sindicais. Nesta perspectiva, cabem alguns questionamentos: por que houve a efetivação dessa ruptura das centrais sindicais na gestão de um presidente egresso das lutas do seio dos trabalhadores?; Quais foram as organizações surgidas? Esses questionamentos conduziram ao objetivo principal deste artigo, analisar a conexão entre o surgimento de novas centrais sindicais com as forças partidárias no contexto do governo Lula. O desenho desta pesquisa segue uma orientação qualitativa, subsidiando-se com elementos documentais e bibliográficos do tema. Constatamos que, após a vitória de Lula, houve a construção de um polo de oposição no campo da esquerda que impactou o mundo sindical. Os partidos em questão formaram suas próprias centrais sindicais com vistas à autonomia e ao protagonismo político. Concluimos, portanto, que, destas seções, três grupos sindicais surgiram no campo da esquerda, oriundos do tronco petista e da CUT: CTB, Conlutas e Intersindical – os dois últimos vinculados a partidos políticos que se convencionou chamar de Esquerda Radical, tributários das diretrizes programáticas partidárias, das suas estratégias e desempenho eleitoral. No tocante aos resultados eleitorais, percebemos que essas organizações possuem, via de regra, pouca densidade nas urnas, e por este motivo, os resultados desta pesquisa sugerem que o universo sindical seria o principal lócus político dos partidos de oposição do campo da esquerda.

Palavras-chave: Anos Lula; centrais sindicais; sistema partidário; partidos comunistas; Esquerda Radical.

Sobre os autores

César Alessandro Sagrillo Figueiredo é professor adjunto de Ciência Política da Universidade Federal do Tocantins. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: cesarpolitika@gmail.com

Mauro Meirelles é professor na Universidade do Vale dos Sinos (Rio Grande do Sul). Doutor em Antropologia pela UFRGS. E-mail: mauromeirelles@icloud.com

Abstract

The union world in Brazil is a reflection of the partisan universe, since these organizations are fragmented according to the different political parties, and this object became even more visible during Lula's government (2003-2010), period when New Trade Unions were created. In this perspective, some questions can be asked, for example, why did the trade unions break during the administration of a president that emerged from the struggle of the working class? What were the unions that emerge? These questions led to the main objective of this study, analyzing the connection between these new trade unions' appearing throughout Lula's government; and, especially, their party connection. Regarding the methodological resources employed, we will use the qualitative methodology through documentary and bibliographic research on the subject. We noticed that, after Lula's election, there was an opposition formation in the Brazilian left wing, which reflected on the trade unions' area, and the parties created own trade unions aiming autonomy and political protagonism. We conclude, therefore, that from these sections three trade union groups emerged in the Brazilian left, coming from CUT and from PT: CTB, Conlutas, and Intersindical – the last two are linked to political parties known as the Radical Left; related to the party guidelines, strategies and electoral performance. Concerning the electoral results, we noticed that these organizations usually have a low performance in the polls, that is why we suggest with this research that the trade union universe would be the main political locus.

Keywords: Lula years; trade unions; party system; communist parties; Radical Left.

Introdução

Os partidos de esquerda no Brasil têm uma longa história. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) são os mais antigos; no entanto, em virtude da sua natureza política antissistema (Sartori, 1982) passaram a maior parte de suas vidas partidárias na clandestinidade e sofrendo perseguições no período Vargas e na ditadura militar brasileira. O surgimento de novos partidos de esquerda ocorreu, primeiramente, após o fim de bipartidarismo em 1979, momento em que surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT); e depois do período de redemocratização, em que destacamos, neste estudo, a emergência do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), em 1993, e a construção do Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2004, ambos egressos do tronco petista.

Destes, o PT foi o único que conseguiu capitanear um amplo arco de coalizão e ganhar as eleições de 2002 para presidente. Porém, após a vitória de Lula à presidência da República e o alinhamento do PT aos partidos de centro-esquerda que compuseram a coalizão partidária dominante, este governo configurou-se com características social-democratas heterodoxas; modelo este que ocasionou, por conseguinte, um afastamento de alguns partidos de esquerda da seara do petismo e o surgimento de novas centrais sindicais com intuito de se contrapor à hegemonia cutista capitaneada pelo PT. A partir do exposto, este artigo tem por objetivo principal estudar essas novas centrais sindicais do campo de esquerda surgidas ao longo do governo Lula e, principalmente, a sua conexão partidária e o reflexo no campo eleitoral.

Com o intuito de responder a este objetivo principal, cabe-nos investigá-las privilegiando a seguinte construção histórica sindical no campo da esquerda, a fim de podermos compreender a cristalização do cenário político-sindical da década de 2000: 1) conjuntura política da década de 1980 – os reflexos no novo sindicalismo e o afastamento dos Partidos Comunistas (PCs); 2) conjuntura política da década de 1990 – os reflexos no sindicalismo cutista e a aproximação dos PCs; e 3) a conjuntura política dos anos 2000 e a diáspora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com a emergência das novas centrais sindicais. Com tais marcos temporais, torna-se necessário compreender a evolução da configuração política das novas centrais sindicais brasileiras durante o período Lula.

Ainda, com o intuito de corroborar o objetivo proposto, torna-se fundamental, primeiramente, construirmos uma brevíssima contextualização histórica sobre os partidos de esquerda no Brasil, especialmente, PCB, PCdoB, PSTU e PSOL, justamente, para podermos entender os desdobramentos desses partidos no cenário político e, principalmente, a sua dinâmica no seio da classe operária. Conforme referido, este trabalho privilegiará o diálogo do sindicalismo com as instâncias institucionais partidárias, durante as décadas de 1980, 1990, e, sobremaneira, os anos 2000. Igualmente, realçará os desdobramentos dessas políticas para a tentativa de sucesso (ou fracasso) destes partidos nas urnas e, principalmente, a ênfase deles no campo sindical, a despeito das eleições. No tocante à conexão eleitoral, vamos nos deter, especificamente, na eleição de 2006, pois foi a única eleição em que houve a construção da Frente

de Esquerda: PSTU, PSOL e PCB, em que podemos observar mais detidamente a dinâmica partidária, eleitoral e sindical dessas três organizações procurando trabalhar em coalizão.

Breve histórico dos PC: PCB, PCdoB, PSTU e PSOL

Apesar das lutas operárias no Brasil se originarem com os anarquistas no início do século XX, consideramos que o campo da esquerda no meio sindical inicia-se com o Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. Quanto ao marco de formação do PC nacional, primeiramente, torna-se relevante esclarecermos o seguinte: o partido nasce com o nome oficial de Partido Comunista do Brasil e utiliza-se institucionalmente ao longo do seu percurso, inclusive em eleições, da sigla PCB; outro elemento em destaque a respeito desse partido, em seu nascedouro, era que ele não possuía muito relevo e amplitude perante as massas, conforme pretendiam.

Este partido sofreu, desde a sua gênese, constantes perseguições, tendo pouquíssimo período de legalidade, vide período imediato ao Estado Novo em 1945, interregno em que o PCB logrou fazer uma expressiva bancada de comunistas eleitos (Aarão Reis Filho, 2002). Porém, a política de legalidade desse partido não perdurou por muito tempo, uma vez que logo voltaria a ser cassado em 1947, entrando novamente na clandestinidade. Na década de 1950, houve as discussões dos crimes de Stalin, ativando as fraturas que já havia dentro do partido. No V Congresso do PCB, ainda clandestino, o partido decide mudar o seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB, com o fito de tentar a sua legalização partidária, para tanto, também modificam o seu programa e estatuto. Obviamente que tal decisão não passaria inerte no corpo partidário, gerando uma cisão oponente e (re)criando o Partido Comunista do Brasil, agora com a sigla PCdoB. Porém, tanto a tentativa de (re)organização partidária quanto a sedimentação do projeto do PCB foram cerceadas seriamente pelo golpe militar brasileiro de 1964, que além de manter esses dois partidos na mais absoluta clandestinidade os perseguia com o intuito de aniquilá-los (Figueiredo, 2013).

Em meio a mortes, prisões e exílios de comunistas, o Brasil no final dos anos 1970 viu-se diante dos novos movimentos sociais em curso, como as ondas de greves que varreram o ABC paulista e

deram combustível para as demais campanhas que tinham na luta contra a ditadura a sua estratégia principal. Assim, os PC, mesmo debilitados nos finais da década 1970, conseguiram sofregamente acompanhar as movimentações do período; porém, diante da fragilidade partidária como reflexo dos duros anos de repressão, ficaram a reboque dos novos atores que surgiam, deixando de ser a direção do movimento. Podemos ver claramente tal debilidade nas lutas sindicais do período, em que os PC tinham menor peso no movimento sindical, ficando longe de ser os protagonistas, assim como estiveram à distância de dirigir o processo e ter a hegemonia no campo das lutas. A nova força sindical que surgia nesse período era o PT, formado por um conjunto de novos atores sociais que entravam em cena no cenário político, galvanizando e desbotando o protagonismo dos PC (Santana, 2001).

O PT surge na década de 1980 galvanizando o elenco de novos atores que lutaram contra a ditadura militar e que possuíam em sua base o novo sindicalismo, lastros da igreja progressista, os novos movimentos sociais e egressos das organizações armadas organizadas, agora como tendência no PT (Meneghello, 1989). Ou seja, nos anos 1980, este partido irá forjar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), como veremos mais adiante; e na década de 1990 marcaria presença no cenário como um partido real e efetivo de oposição no Brasil.

Porém, com o processo de institucionalização partidária a partir dos anos 1990, com o PT ganhando sucessivas eleições (Garcia, 2008), este partido começou a sofrer fissura em sua base, dando origem a novas clivagens políticas, como foi caso do PSTU, em 1993 e, principalmente a partir da vitória de Lula, o PSOL, em 2004. Portanto, tanto o PSTU quanto o PSOL nasceram do tronco petista, a partir das clivagens internas de suas tendências, ambas as organizações com perfis trotskistas, principalmente o PSTU, que procurou ao longo da década de 1990 constituir-se como alternativa de esquerda diante da ascensão do petismo nesta década. Ainda, quanto ao PSTU, convém realçar que a sua tendência interna dentro do PT chamava-se Convergência Socialista, organização esta muito forte desde os períodos de lutas iniciais do Novo Sindicalismo do final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Já o PSOL surge a partir do início do mandato de Lula, em 2002, em virtude do não alinhamento da sua base com a política

do governo do PT, mais perfiladas as políticas petistas com a coalizão de centro-esquerda que perfilada às compunha o governo Lula, sendo este caracterizado por uma clivagem político-dissidente como um governo com contornos social-democratas. A partir das eleições e por isso subsequentes, o PSOL tentaria formar um bloco de coalizão de esquerda conjuntamente com o PSTU e o PCB, no que foi denominado de Frente de Esquerda, conforme pode ser verificado nas eleições de 2006.

Conjuntura política da década de 1980: os reflexos no novo sindicalismo e o afastamento dos PC

Realçamos a importância da década de 1980 para a compreensão das fraturas do sindicalismo brasileiro na década de 2000. Conforme enfatizado, a despeito das tentativas de os PC tornarem-se o real partido da classe operária e ser reconhecidos de fato como tal; tinham, porém, que disputar o lócus político no início da década de 1980 com outras frentes que surgiram: frutos de clivagens dos próprios PC e suas seções, bem como em virtude dos novos atores que emergiam temperados nas lutas do período. Entre estas organizações no meio sindical que existiam além do PCB e do PCdoB, ainda havia o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e, obviamente, o PT como ator principal.

No tocante especificamente aos PC, devemos buscar uma explicação para entender o fato que fez essas organizações perderem o passo do diálogo com a classe operária, ou seja, perdessem a oportunidade de ser o grande interlocutor do estrato mais avançado do operariado na luta do período, sendo galvanizado pelo PT. Os PC estavam fortemente empenhados na transição completa do regime militar, inclusive militando dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, posteriormente, no seu sucedâneo, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Esse empenho representava não correr riscos de possíveis retrocessos, nem deixar margem para qualquer tipo de fissura que pudesse fazê-los perder o pouco que já tinham conquistado, mesmo que isso colocasse em risco serem preteridos no movimento sindical para uma força mais aguerrida e disposta a palavras de ordem mais exaltadas. Ou seja, priorizavam a via institucional acima de qualquer coisa, nas palavras de Marco Aurélio Santana (2001, 192):

A luta contra o arrocho, pilar da política econômica da ditadura militar, teria centralidade. O restante (“sem inserção na massa”) viria com a luta e a consolidação da democratização. Aqui, fica indicado um dos pontos que, em breve, distanciarão grandemente os comunistas desses “novos atores”. Esse etapismo propugnado pelo PCB o empurrava contra certas demandas e propostas em debate no movimento sindical.

Embora a citação de Santana seja para o PCB, podemos fazer a mesma analogia para o PCdoB, que estava do mesmo modo que os *pecebistas* muito empenhado numa transição mais conservadora em aliança com as instâncias do PMDB, julgando qualquer avanço mais abrupto como um resvalo para o esquerdismo. Já o PT conseguia capturar para si a grande parte dos trabalhadores mais “radicalizados” do período; assim sendo, diferentemente dos PC, o PT não buscava empenhar-se e dar a linha para o movimento, pelo contrário, nascia como reflexo do próprio movimento. Ou seja, não priorizavam a via institucional, e sim fomentavam a ruptura pelo amálgama *sui generis* que formara o PT: sindicato, Igreja e movimentos sociais, privilegiando sobremaneira o seu sindical na figura dos seus líderes, entre estes Lula (Meneguello, 1989).

Esse amálgama *sui generis* poderia ser visto também no movimento sindical. Assim sendo, no desenrolar do processo de erosão do aparato militar, o PT marcava posição radicalmente contrária a qualquer conciliação de classe, rompendo com a unidade tão pretendida dos PC no meio sindical, vindo a compor e construir a CUT, enquanto os PC compuseram a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Da parte dos comunistas, estes não aceitavam a posição do PT, pois a julgavam com desvios esquerdizantes, uma vez que priorizavam uma política conciliadora com as forças mais “atrasadas” na luta sindical, inclusive com pelegos notórios, vindo a somar força na consolidação da CGT (Santana, 2001). A ruptura destes três partidos, de um lado, o PT e, de outro, o PCB e o PCdoB, definirá os rumos da política sindical brasileira no transcurso do cenário político da década de 1980, momento este em que essas três forças de esquerda disputariam a hegemonia do movimento.

Torna-se importante frisar que o PT lideraria a emblemática eleição presidencial de 1989. O PCdoB comporia aliança com o PT chamada Frente Brasil Popular. Já o PCB sairia em campanha

sozinho com Roberto Freire candidato a presidente, com uma pífia votação. Este percurso da década de 1980 foi o definidor do que viria a ocorrer no campo da esquerda na década seguinte, já demonstrando, assim, um realinhamento do PCdoB com o PT.

Conjuntura política da década de 1990: os reflexos no sindicalismo cutista e a aproximação com os PC

Como resultado das eleições de 1989 não foi o esperado pelo campo da esquerda, a década de 1990 começava com o governo de Fernando Collor e com a emergência e tentativa de implementação do neoliberalismo no Brasil. Soma-se a esses fatos a crise do socialismo, em 1989, ano em que ocorreu a queda do muro de Berlim e no imediato, na década 1990, viveu-se o total colapso do aparato do Leste Europeu com o fim da União Soviética, afetando, principalmente, o PCB com esses acontecimentos. Ainda, o movimento sindical não ficaria inerte diante das rápidas e abruptas mudanças da década de 1980 para 1990. O PCdoB rompe com o apoio à CGT indo incorporar-se à CUT, como reflexo da sua política partidária, fruto de um processo lento na segunda metade da década de 1980, até um final definitivo no início dos anos 1990. Já o PCB permanece quase inerte na CGT, pregando sempre uma ultrapassada política de unidade sindical, muito mais no discurso do que na ação.

Se por fora da CGT o PCB vai ver seu poderio no movimento sindical ser corroído pela CUT, no interior da intersindical o partido verá seus problemas com os setores mais conservadores da CGT se ampliarem, diminuindo seu espaço de movimentação e transformação da CGT em uma intersindical de cunho menos imobilista e cupulista. O partido perde terreno rapidamente para os setores identificados com o germe do que seria o chamado *sindicalismo de resultado*. (Santana, 2001, 277, grifo do autor)

Grosso modo, podemos dizer que o PCdoB soube acompanhar a maré, redefinindo-se taticamente e vindo acompanhar o PT na CUT; diferentemente do PCB, que continuou ainda “nadando contra a maré até morrer na praia”. O preço pago pelo PCB foi muito alto: a sua inexpressiva inserção política no processo de redemocratização brasileira. Para este partido que tinha a

pretensão de ser a vanguarda da classe operária tornou-se nada mais do que sustentáculo de última hora dos setores mais atrasados, refletindo isso, também, no campo sindical com apoio nas figuras de Joaquinão, Rogério Magri e Medeiros, desembocando esses personagens na construção da Força Sindical com o seu *sindicalismo de resultado*.

No entanto, com o intuito de salvar o partido de uma morte anunciada, no início da década de 1990 o PCB opta, com muita resistência em suas bases, por aderir à CUT, sem conseguir conquistar, obviamente, a hegemonia dentro do movimento sindical (Santana, 2001). O pior ainda estava por vir, pois, nos dias 25 e 26 de janeiro de 1992, o PCB realizou o seu X Congresso e ao final deste o partido declarou-se extinto, sendo criado em seu lugar o PPS (Pandolfi, 1995). Porém, em 1993, egressos do velho tronco pecebista tentam (re)fundar o velho partido, porém sem o vigor da antiga agremiação.

Nesse contexto, além do PT que era hegemônico dentro da CUT, teríamos então a “comunhão orgânica” dentro dessa central sindical com o PCdoB, o PCB e, inclusive, o PSTU. Realçamos este fato, pois mesmo essa agremiação tendo rompido com o PT no plano institucional partidário, no âmbito sindical continuava mantendo um trabalho dentro da CUT, mesmo que procurando sempre tensionar internamente as relações com o PT.

No tocante à conjuntura, destacamos as grandes adversidades no plano internacional que a esquerda teve que enfrentar, por outro lado, no Brasil também esse período foi arrastado por sucessivas medidas neoliberais dos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, com políticas de enxugamento da máquina estatal, pregando o chamado Estado mínimo. Também o desemprego apresentava índices alarmantes. Embora no período estivéssemos vivendo, a partir de Itamar Franco, uma estabilidade monetária com a redução da inflação, a economia brasileira encontrava-se esgotada, milhares de trabalhadores eram postos na rua, relegados ao desemprego diante da política neoliberal, sem contar, ainda, com a aludida reestruturação produtiva no mundo do trabalho que procurava impor um padrão toyotista no chão de fábrica no Brasil. Ou seja, conjunturas nacional e internacional adversas, bem como um severo déficit para a classe trabalhadora, resultando em uma tarefa difícil para a CUT e as organizações de esquerda; o momento era de reunir forças para as eleições vindouras.

A conjuntura política dos anos 2000 e a diáspora da CUT com a emergência das novas centrais sindicais

Com o intuito de romper com o paradigma neoliberal da década de 1990, as forças de centro-esquerda organizariam uma ampla coalizão com o intuito de enfrentar a continuidade do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) na presidência da República. Nas eleições de 2002, o PT capitaneia esta coalizão com seu candidato Lula. Assim sendo, em 2002, finalmente, Lula consegue conquistar a tão sonhada presidência do Brasil no segundo turno, na bipolarização PT *versus* PSDB, com 55,27% dos votos (Brasil, 2002). No tocante ao plano tático, embora conquistando essa vitória em conjunto com a Frente Popular, essa eleição de 2002 representou o último enlace do PCB com o PT, bem como o último apoio crítico do PSTU no segundo turno ao PT, pois no imediato começaram a apresentar críticas ao PT e a migrar para o campo político de oposição ao governo Lula.

A Esquerda Radical: as disputas sindicais e eleitorais

A partir das próximas eleições, o PCB irá trilhar um caminho junto com outras organizações de esquerda, denominada de Esquerda Radical (Figueiredo, 2013; Moura, 2011) em conjunto com o PSTU e a partir da criação do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Nesse sentido, cumpre destacar que essas agremiações partidárias vão para o polo oposto ao PT, uma vez que o consideram, a partir do governo Lula, uma organização social-democrata de centro-esquerda¹; em face da manutenção do *establishment* e do todo o corpo burocrático do presidencialismo de coalizão existente no Brasil (Abranches, 1988), arcabouço institucional do qual a esquerda mais radicalizada julgava que o PT desvencilhar-se-ia.

Ou seja, como o PT, naquele momento, adota uma política mais pragmática e de centro-esquerda, por conseguinte, esta parcela da

1. Quanto ao espectro ideológico esquerda-direita, Yan Carreirão (2006, 143) explicita: “tomo como definição operacional inicial a seguinte classificação dos partidos no Brasil, no eixo direita-esquerda: 1) Direita: PP (PPB; PPR; PDS); PFL; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA. 2) Centro: PMDB e PSDB. 3) Esquerda: PT; PDT; PPS; PCdoB; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN”.

esquerda começa a se organizar tanto no campo sindical quanto no campo eleitoral visando marcar posição no campo político, pois julgavam que o PT abandonou as suas bandeiras tradicionais de luta (Boito Jr., 2007). Sendo assim, a Esquerda Radical adota posições centrífugas da seara petista. Quanto ao plano sindical, devemos destacar que, além das contradições pouco ortodoxas para os olhos da esquerda, no primeiro mandato de Lula o seu governo, ainda, tenta emplacar uma reforma sindical e previdenciária, sendo que para incentivar a negociação criaram o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Obviamente que esse tema gerou novamente sérias polêmicas na base governamental, irrompendo uma dissidência partidária que viera formar o PSOL, com reflexo, inclusive, no seio sindical: “[...] A reforma da previdência teve repercussões também junto à CUT, ocasionando o rompimento de uma parcela de sindicalistas e a formação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas)”. (Dal Molin, 2013, 148).

Como reflexo dessas disputas no âmbito da reforma sindical e previdenciária, houve a emergência de novas centrais sindicais, uma vez que essa esquerda julgava que a CUT era o braço de sustentação sindical do PT e não daria subsídios para as lutas dos trabalhadores, bem como afirmavam que as mudanças no âmbito sindical e previdenciário eram patrocinadas pelo PT. Assim sendo, a conjuntura propiciou, por conseguinte, o fomento da *Intersindical*, ligada ao PCB e ao PSOL, e a criação da *Conlutas*, ligada ao PSTU.

A partir dessa nova configuração de forças na seara da esquerda, bem como após a construção e fomento dessas novas centrais sindicais, esses três partidos romperão definitivamente com a coalizão capitaneada pelo PT. Procurariam, por conseguinte, uma aliança tática para a eleição de 2006, visando se contrapor ao PT nesse pleito. Conforme enfatizado, PCB, PSTU e PSOL compuseram a Frente de Esquerda. Embora houvesse certa similaridade na origem do PSOL e PSTU, essa aliança não logrou unidade, diante das divergências programáticas dessas três agremiações e da tentativa de protagonismo do PSOL na corrida presidencial ao definir a candidata à presidente, Luiza Helena e o seu vice, César Benjamim, o que de arrancada já demonstrou fissuras nessa coligação partidária, uma vez que o PSTU tentou apresentar o nome do seu presidente, José Maria, como vice da chapa.

Além dessas questões, no plano tático, o PSOL visava neste pleito a um caráter eleitoral mais popular e democrático, divergindo do

PSTU e do PCB que buscavam uma propaganda classista, visando romper com o *status quo* e não crendo na via democrática burguesa como expressão da luta de classe (Moura, 2011). Embora a candidata da Frente de Esquerda tenha chegado em 3º lugar da disputa, ela conseguiu apenas 6,85% dos votos (Brasil, 2006), fato este que demonstrou a falta de inserção desses partidos no campo de disputa eleitoral, não consolidando preferências no mercado político. Ainda, quanto aos eleitos por esses partidos, o PSOL logrou eleger 2 deputados estaduais e 3 deputados federais: quanto ao PCB, este elegeu apenas 1 deputado estadual.

Portanto, destacamos que os campos de luta dessa Esquerda Radical não se dão eminentemente no campo eleitoral, mas sim em várias arenas/ambientes de lutas², onde supomos que estas organizações partidárias atingem um relevo mais destacado no plano sindical. Obviamente que também merecem destaque os movimentos sociais diversos, entre esses o movimento estudantil, que combinados servem de ponto de apoio e propaganda para a construção partidária. Nesse sentido, verificamos que há uma multiposicionalidade militante nas várias arenas, seja sindical, eleitoral, movimentos sociais estes que se somam; e reiteramos que, diante dos sucessivos resultados eleitorais pífios, o campo eleitoral não é o ambiente por excelência dessas agremiações partidárias, uma vez que centram muito mais as suas forças na tentativa de consolidação no campo sindical, destacando, assim, justamente o caráter classista desses partidos. De acordo com Moura (2011), esses partidos da Esquerda Radical funcionam dentro do conceito de “partidos de chantagem” a partir da teoria *downsoniana*, em que por meio de pressões no jogo político visam influenciar o espectro ideológico da disputa, mesmo não logrando vitória. Nas palavras do próprio Downs (1999, 148):

Ao analisar o nascimento de novos partidos, devemos distinguir entre dois tipos de novos partidos. O primeiro é projetado para ganhar eleições. Seus criadores sentem que ele pode se localizar de modo a representar um grande número de eleitores cujos pontos de vista não

-
2. Segundo Panebianco (2005, 23), “ambiente é uma metáfora para indicar uma pluralidade de ambientes, de arenas na quais cada organização age quase sempre simultaneamente; arenas que geralmente são interdependentes e comunicantes entre si, mas também distintas”.

estão sendo expressos por qualquer partido existente. O segundo tipo é projetado para influenciar partidos já existentes a mudar suas políticas, ou a não mudá-las; não visa primordialmente a ganhar eleições.

Em síntese, consideramos que a arena de luta mais destacada no período do governo Lula, para essa Esquerda Radical, se dá no ambiente sindical, uma vez que no plano eleitoral não consegue resultados satisfatórios para disputar a hegemonia com a agremiação petista, bem como alijar do poder o centro e a direita. Da mesma forma, verificamos que a seara eleitoral não seria o ambiente por excelência desses partidos, com exceção do PSOL. Dialogando com Przeworski, em *Capitalismo e social-democracia* (1989), acerca das escolhas dos partidos de orientação marxista nas urnas, fato este que implicaria no seguinte dilema:

Os líderes de partidos baseados na classe operária devem escolher entre ser um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe, porém condenado à eterna derrota eleitoral, ou um partido (universalista, que irá abarcar todos os diversos aspectos da sociedade) que luta pelo sucesso eleitoral às custas de uma diluição de sua orientação de classes. (Ibidem, 125)

Ou seja, as organizações da Esquerda Radical não demonstram o interesse de amainarem o ímpeto revolucionário a fim de buscar e maximizar votos fora do seu eixo principal, a classe operária, enfatizando, portanto, a ênfase no universo sindical, vide, especialmente a Conlutas.

O PCdoB e a construção da CTB como alternativa à hegemonia da CUT

Conforme já enfatizado, o PT não logrou unidade dentro da sua própria seara, tendo defecções à esquerda nas suas hostes partidárias, que vieram a formar o PSOL, em meados do seu primeiro mandato. Diferentemente das outras organizações do campo da esquerda, o PCdoB foi um incisivo apoiador do governo Lula. Assim sendo, o PCdoB promovia uma política frentista com o governo Lula, que propugnava um modelo nacional, democrático e desenvolvimentista, comprometendo-se, por conseguinte, muito com este perfil de governo no plano institucional, ou seja, entre as

conexões do Executivo-Legislativo em consonância direta com as políticas implementadas pelo governo petista: segundo o PCdoB, não seria um apoio irrestrito, mas sim um apoio crítico com o fito de demonstrarem ter um grau de independência.

Em 2005, nas vésperas das próximas eleições majoritárias, o PCdoB realiza o seu XI Congresso. Para o PCdoB, a vitória do governo Lula equiparava-se a um grande avanço na história do Brasil; enfatizava comparando cronologicamente com as seguintes viragens políticas no Brasil; 1) Com a Proclamação da República e abolição da escravatura, no final do século XIX; 2) Com a Revolução de 1930, que modificou a estrutura da Velha República; e, naquele momento, 3) com a vitória de Lula, contendo a onda neoliberal caudatária das décadas passadas. Nesse XI Congresso do PCdoB (2005), avançavam na interpretação acerca da importância da vitória de Lula, combinando a sua tática com a estratégia no rumo do socialismo, que neste quadro atual, segundo o PCdoB, “assume uma dimensão anticapitalista e anti-imperialista de transição do capitalismo ao socialismo” (Ibidem, 99), buscando construir o centro da sua tática na relação frentista do PCdoB com o governo Lula.

Também destacamos outro ponto que deveria ser realçado na política do PCdoB, conforme explicitado desde o VIII Congresso (2005) ao propor o Programa Socialista: o artífice desse projeto socialista seria o proletariado. Nesse sentido, mantém-se operando dentro da CUT, com uma corrente organizada denominada CSC (Corrente Sindical Classista), com o intuito de galvanizar a classe operária para a suas hostes partidárias em consonância com a sua política. Convém relembrar que no início da década de 1980, os comunistas (PCB e PCdoB) perderam o “trem da história” ao subestimar a vanguarda do ABC paulista na construção da CUT, vindo a migrar para essa organização apenas no fim dessa década, já sob a hegemonia do PT (Santana, 2001). Realçamos ainda que, conforme esperado, com a emergência do governo Lula, as principais lideranças cutistas estavam operando em comunhão orgânica com o governo petista no plano institucional, amainando a luta dos trabalhadores.

Não obstante a tentativa de se sedimentarem pela CUT, obviamente que os *pecedobistas* enfrentariam dificuldades para conquistar a hegemonia no proletariado, uma vez que precisavam disputar espaço nesse meio tanto com a elite dirigente da CUT (organização longeva e bem consolidada pelo PT) quanto com as referidas centrais

da Esquerda Radical, Conlutas e Intersindical, tarefa difícil para o PCdoB, não esquecendo que neste espectro ainda havia a Força Sindical (sindicalismo de resultados). Também devemos enfatizar que nesse espaço do movimento sindical e do mundo do trabalho as organizações da Esquerda Radical, conforme explicitado no subtítulo anterior, conseguiriam lograr uma relativa amplitude, destacando-se como oponente efetivo ao governo petista. Nesse sentido, enfatizamos os limites do PCdoB no mundo sindical, em virtude do seu denominado apoio crítico ao PT, fato este que tornava mais árduo o seu protagonismo nas lutas dos trabalhadores, uma vez que o PCdoB era um frondoso braço de sustentação do governo petista; e, por conseguinte, tal processo de busca pela hegemonia no mundo sindical barrava nos limites partidários diante do apoio dos comunistas ao governo Lula.

Buscando romper com a hegemonia petista na CUT, o PCdoB, em conjunto com outras forças de esquerda, constrói a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), com o intuito de se deslocar da CUT e visando construir o seu protagonismo no proletariado, conforme resoluções partidárias. Porém, a CTB não se apresenta necessariamente como uma ruptura com o governo Lula, mas sim como uma expressão do acúmulo de forças dos comunistas dentro da CUT, podendo naquele momento marcar presença com a sua política própria. Em tempo, os comunistas já se organizavam dentro da CUT enquanto tendência pela CSC (Corrente Sindical Classista), ou seja, seria, segundo eles, um processo de acúmulo e maturação política. Obviamente que sobraram críticas para a CUT, justamente com o intuito de justificar o nascimento de uma nova central sindical comunista:

Sob a dominação do neoliberalismo, o Brasil mudou para pior, levando-se em conta os interesses da classe trabalhadora e da maioria da nação. A CUT também sofreu esse impacto. A cúpula dessa central abandonou o discurso e a prática classista para propor um “sindicalismo cidadão”; trocou a tática do confronto pela conciliação, alimentou ilusões em relação à câmara setoriais, vacilou diante da reforma previdenciária de FHC e, aos poucos, foi consolidando uma concepção sindical de viés social-democrata, orientada para a colaboração de classes, o que teve sua correspondência, no plano internacional, na filiação à Confederação Internacional de Organização dos Sindicatos Livres (Ciols). (Lemos e Tonelli, 2008, 37).

Também devemos considerar que além desses motivos de fundo alegados pela CTB, ainda, havia o fato do hegemonismo de fundo do PT na CUT, motivo este que dava pouco poder de inserção real da política comunista nessa central sindical. Sendo assim, o PCdoB aproveitava o seu acúmulo do período de trabalho em conjunto com a CUT e buscava construir a sua própria central sindical. Ainda, enfatizava o desapego do caráter classista na CUT. Em síntese, naquele momento para o PCdoB parece haver dois movimentos táticos: 1) Enquanto partido, apoia o governo Lula em sua política de Estado; e, 2) enquanto centrais sindicais procuram marcar posição mais à esquerda da CUT e do PT, com o intuito de granjear frutos e amplitude nos sindicatos. Talvez, em virtude dos erros históricos do PCdoB, ora oscilando à esquerda e perdendo militantes, ora oscilando à direita e ficando a reboque do movimento, o referido partido decida no período analisado optar por uma relação dúbia com o governo alegando um “apoio crítico” e construindo a sua própria central sindical.

Considerações finais

Assim sendo, no tocante especificamente ao espectro sindical, se no imediato da redemocratização tínhamos um campo mais coeso com os partidos de esquerda disputando entre si a hegemonia; nos anos 2000, no entanto, houve uma pulverização de centrais sindicais. Observamos que essas centrais foram reflexos do quadro político brasileiro e da conjuntura nos sucessivos períodos históricos, os quais deram origem ao seguinte quadro no final do período Lula: CUT (Central Sindical dos Trabalhadores), ligada ao PT – com 1.985 sindicatos filiados e 22 milhões de trabalhadores na base; Força Sindical, ligado ao PDT/PPS – com 1.506 sindicatos filiados e 16 milhões de trabalhadores na base; UGT (União Geral dos Trabalhadores), ligada ao PMDB – com 886 sindicatos filiados e 6 milhões de trabalhadores na base; NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), ligada ao PMDB/PTB – com 836 sindicatos filiados e 5 milhões de trabalhadores na base; CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), ligada ao PCdoB – com 486 sindicatos filiados e 6 milhões de trabalhadores na base; CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), ligada ao PMDB – com 369 sindicatos filiados e 3 milhões de trabalhadores na base;

CSP-Conlutas, ligada ao PSTU – com 156 sindicatos filiados e 2 milhões de trabalhadores na base; e Intersindical, ligada ao PSOL e ao PCB – com 80 sindicatos filiados e 1 milhão de trabalhadores na base (Rodrigues, 2011).

Portanto, conforme podemos perceber, as bandeiras da classe operária, no campo de esquerda, outrora com bandeira única, se fragmentaram em vários matizes, pois o campo de ação sindical se ampliou enormemente diante das mudanças conjunturais na seara política e partidária do Brasil, conforme referido ao longo do artigo nas décadas de 1980, 1990 e, especialmente, nos anos 2000. Ou seja, as discussões de caráter classistas, socialistas e revolucionárias se decompuseram em diversas frentes sindicais, respondendo cada uma respectivamente a um tipo de demanda política expressa por esses partidos que a compõem. Ainda, percebemos que no tocante à conexão sindical e partidária e ao reflexo no âmbito eleitoral, ela se fortaleceu bem mais na seara do PCdoB (Figueiredo, 2013) e, ainda, incipientemente no PSOL. Nesse sentido, consideramos que o PCB e o PSTU em virtude de imprimirem um caráter muito antissistema (Sartori, 1982), não visando abrandar o seu caráter classista, não priorizam as eleições, visando, sim, a uma abrangência muito mais incisiva no polo sindical considerando, por natureza partidária, o seu ambiente mais propício de luta. No tocante ao PCdoB, diante de uma leitura mais suavizada do governo Lula, como tentativa mais enfática de institucionalização partidária, este prioriza bem mais a via eleitoral, ou seja, aposta nos sucessivos pleitos como seu universo político (Figueiredo, 2013). Desse modo, compreendemos o campo sindical apenas como mais um dos universos militantes da seara do PCdoB, assim como o eleitoral, movimentos sociais, movimentos estudantis etc. Ainda, no tocante ao universo sindical, embora apostando como alternativa à CUT a partir da construção da CTB, enfrenta, por conseguinte, uma dificuldade de construir a hegemonia no movimento sindical da esquerda, justamente pelo excessivo atrelamento ao governo Lula, não se dissociando, por conseguinte, da sombra do *cutismo*.

Para finalizar, percebemos também que os atrasos dos PC no campo partidário institucional (em clandestinidade até meados da década de 1980) foram cobrados com uma conta bem cara, pois viram escorrer das mãos o protagonismo da classe operária para o

polo do petismo. Ao migrarem na década de 1990 para a CUT, já foram sem ser força hegemônica, ficando, portanto, atrás do PT na condução da classe trabalhadora. Além disso, com o nascimento de novos partidos na década de 1990 (PSTU) e na década de 2000 (PSOL), vemos, portanto, a fragmentação da seara sindical a partir da nova configuração do cenário partidário. Embora as novas centrais egressas da CUT não conseguiram, ainda, a tão sonhada hegemonia da classe trabalhadora, alguns apontamentos ficam realçados que é justamente a falta de unidade da classe trabalhadora, tão perseguida desde os tempos da redemocratização capitaneada por Lula e o novo sindicalismo; e continuando fragmentada mais ainda, justamente, no governo petista.

Referências

- AARÃO REIS FILHO, D. (2002). Entre reforma e revolução: A trajetória do partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, M.; AARÃO REIS FILHO, D. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 5. Campinas: Editora Unicamp, p. 73-108.
- ABRANCHES, S. H. H. (1988). O presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. *Dados*, vol. 31, n. 1, p. 5-34.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. (2002). *Resultado da eleição 2002*. Disponível em: [\[http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002\]](http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002). Acesso em 10 jan. 2017.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. (2006). *Resultado da eleição 2006*. Disponível em: [\[http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006\]](http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006). Acesso em 11 jan. 2013.
- BOITO JR., A. (2007). Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, p. 57-73.
- CARREIRÃO, Y. S. (2006). Ideologia e partidos políticos: Um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, vol. 12, n. 1, p. 136-163.
- DAL MOLIN, N. (2013). Trabalho e sindicalismo no Brasil: De 1930 até o fim do governo Lula. In: MEIRELLES, M. *et al.* (orgs.). *Ensino de sociologia: Trabalho, ciência e cultura*. Porto Alegre: CirKula, p. 141-157.
- DOWNS, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.
- FIGUEIREDO, C. A. S. (2013). *Os reflexos da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- GARCIA, C. (2008). *Partido dos trabalhadores: Da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.
- LEMO, J. B.; TONELLI, F. (2008). Os desafios da CTB. *Revista Princípios*, n. 94, p. 37.
- MENEGUELLO, R. (1989). *PT: A formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MOURA, P. T. C. (2011). *As razões da esquerda radical – PCB, PSTU e PSOL: Estrutura organizativa e objetivos políticos*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- PANDOLFI, D. (1995). *Camaradas e companheiros: Memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Roberto Marinho.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. (2005). *Documentos históricos*. Teses Congressuais. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi.
- PRZEWORSKI, A. (1989). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- RODRIGUES, A. (2011). Sindicalismo tucano. *Revista Istoé*, n. 2180, 19 ago. Disponível: [http:// http://www.istoe.com.br/reportagens/152875_SINDICALISMO+TUCANO]. Acesso em 12 set 2017.
- SANTANA, M. A. (2001). *Homens partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- SARTORI, G. (1982). *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora UnB.